

REVISTA DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

a. 27

n. 5-6

maio/jun. 2015

Artigos Doutrinários

11

Aplicação da Lei 12.990/2014, que reserva aos negros 20% das vagas nos concursos públicos da União, 11
Namba Akegawa Costa

Interconexão entre Direito e Bioética à luz das dimensões teórica, institucional e normativa, 18
Natália Maria Soares Carreiro e Aline Albuquerque S. de Oliveira

Inovações Legislativas

27

Lei 13.123, de 20/05/2015.

Lei 13.124, de 21/05/2015.

Lei 13.127, de 26/05/2015.

Lei 13.129, de 26/05/2015.

Lei 13.132, de 09/06/2015.

Lei 13.134, de 16/06/2015.

Lei 13.135, de 17/06/2015.

Medida Provisória 675, de 21/03/2015.

Medida Provisória 676, de 17/06/2015.

Uniformização de Jurisprudência

29

Súmula 54

“Não viola os arts. 199, § 4º, da Constituição Federal e 14, § 1º, da Lei 10.205/2001 a remessa de sangue de cordão umbilical para estocagem em laboratório localizado no exterior para preservação de células-tronco com fins terapêuticos, sem nenhum propósito de comercialização”.

Numeração única: 0033676-17.2004.4.01.3400

Incidente de Uniformização de Jurisprudência 2004.34.00.042762-7/DF

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Acórdãos — Inteiros Teores

35

Corte Especial – Taxa de manutenção de registro e classificação do potencial de periculosidade ambiental – PPA de defensivos agrícolas. Art. 145, II, da CF. Suficiente definição dos fatos geradores. Inexistência de desproporcionalidade nos valores, 35

Numeração única: 0004471-79.2000.4.01.3400

Arguição de Inconstitucionalidade 2000.34.00.004477-3/DF

Relator: Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa

Corte Especial – Pronunciamento de membro do Ministério Público Federal. Investigação pela Polícia Federal. Querelante: prefeito municipal. Inexistência de *animus caluniandi*, *difamandi* e *injuriandi*. Ausência de justa causa para a ação penal, 41

Petição Criminal 0073130-04.2013.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Ney Bello

Primeira Seção – Violação a literal disposição de lei. Não ocorrência, 46

Numeração única: 0043248-36.2009.4.01.0000

Ação Rescisória 2009.01.00.044620-7/GO

Relator: Desembargador Federal João Luiz de Sousa

Primeira Seção – Reexame de documentos. Não cabimento, 52

Numeração única: 0031862-09.2009.4.01.0000
Ação Rescisória 2009.01.00.033086-4/GO
Relatora: Desembargadora Federal Gilda Sigmarínga Seixas

Segunda Seção – Inquérito policial. Investigação criminal nas dependências do Senado Federal. Polícia Federal e Polícia Legislativa. Atribuição concorrente, 57

Mandado de Segurança Criminal 0066814-38.2014.4.01.0000/DF
Relator: Juiz Federal Alderico Rocha Santos (convocado)

Segunda Seção – Cautelar diversa da prisão preventiva. Suspensão da patente militar e respectivas prerrogativas. Competência para julgar. Suspensão do exercício das funções públicas, 63

Mandado de Segurança Criminal 0003095-48.2015.4.01.0000/GO
Relator: Desembargador Federal Hilton Queiroz

Terceira Seção – Contrato de depósito. Indenização. Irregularidades na restituição dos bens depositados, 68

Numeração única: 0021057-94.2009.4.01.0000
Ação Rescisória 2009.01.00.021235-0/MT
Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Terceira Seção – Parque da Cidade (Sarah Kubitschek). Construção de instalações para esquadrão de polícia montada, 71

Numeração única: 0007809-61.2000.4.01.3400
Embargos Infringentes 2000.34.00.007818-9/DF
Relator: Juiz Federal Evaldo de Oliveira Fernandes, filho (convocado)

Quarta Seção – Imóvel. Demarcação. Necessidade de notificação pessoal, sob pena de ofensa aos princípios da ampla defesa e do contraditório. Inexigibilidade da cobrança de taxa de ocupação, foro e laudêmio, 75

Embargos Infringentes 0028508-60.2011.4.01.3700/MA
Relator: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca

Quarta Seção – Contribuição social (Funrural). Incidência sobre a receita bruta da comercialização da produção rural de produtor rural pessoa física que possui empregados: inconstitucionalidade. Efeito repristinatório: impossibilidade, 88

Ação Rescisória 0063565-16.2013.4.01.0000/MT
Relator: Juiz Federal Rafael Paulo Soares Pinto (convocado)

Primeira Turma – Execução provisória contra a Fazenda Pública. Obrigação de fazer. Implantação de benefício. Título executivo judicial. Sentença proferida em processo diverso, 103

Apelação Cível. 0042748-42.2014.4.01.9199/RO
Relatora: Desembargadora Federal Gilda Sigmarínga Seixas

Primeira Turma – Anistia. Direito de revisão do ato concessivo. Decadência, 106

Apelação/Reexame Necessário 0034431-60.2012.4.01.3400/DF
Relator: Desembargador Federal Jamil de Jesus Oliveira

Segunda Turma – Trabalhador rural. Falecimento no curso do processo. Habilitação dos filhos. Possibilidade. Pagamento aos herdeiros. Acumulação de pensão por morte e aposentadoria por idade rural. Impossibilidade, 110

Apelação Cível 0077139-91.2012.4.01.9199/MG
Relator: Desembargador Federal Candido Moraes

Segunda Turma – Juízo de retratação. Recurso especial representativo de controvérsia. Juros de mora. Correção monetária. Observância do Manual de Cálculos da Justiça Federal, 113

Apelação Cível 0000169-34.2011.4.01.3816/MG

Relator: Desembargador Federal João Luiz de Sousa

Terceira Turma – Ação declaratória de produtividade de imóvel rural. Honorários advocatícios, 117

Numeração única: 0013321-53.2008.4.01.3300

Apelação/Reexame Necessário 2008.33.00.013324-9/BA

Relatora: Juíza Federal Lilian Oliveira da Costa Tourinho (convocada)

Terceira Turma – Enriquecimento ilícito e dano ao Erário. Viagens de cunho oficial. Ausência de ato ímprobo, 120

Numeração única: 0042784-07.2003.4.01.3400

Apelação Cível 2003.34.00.042833-0/DF

Relatora: Desembargadora Federal Mônica Sifuentes

Quarta Turma – Crime de documento falso. Alegação de exclusão da culpabilidade em razão de doença mental. Necessidade de perícia, 126

Numeração única: 0021783-24.2007.4.01.3400

Apelação Criminal 2007.34.00.021889-1/DF

Relator: Desembargador Federal Hilton Queiroz

Quarta Turma – Licitação. Aquisição de unidade móvel de saúde. Inexistência de prova inequívoca da conduta ímproba, 132

Numeração única: 0006355-81.2008.4.01.4300

Apelação Cível 2008.43.00.006355-9/TO

Relator: Desembargador Federal Olindo Menezes

Quinta Turma – Acesso ao ensino fundamental. Restrição por motivo de idade. Impossibilidade, 139

Apelação/Reexame Necessário na Ação Civil Pública 0001478-40.2012.4.01.3304/BA

Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Quinta Turma – Ação fundada em tratado internacional. Convenção de Haia. Competência da Justiça Federal. Legitimidade da União, 145

Apelação Cível 0053775-90.2013.4.01.3400/DF

Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Sexta Turma – Patrimônio histórico. Brasília. Implantação da quadra 500 do Setor Sudoeste. Modificação do conjunto urbanístico de Brasília, 149

Apelação/Reexame Necessário 0030296-39.2011.4.01.3400/DF

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Sexta Turma – Responsabilidade civil. Dano moral. Uso de óleo mineral em recém-nascido. Aspiração. Pneumonia lipóidica. Inexistência de alerta no frasco do fármaco, 159

Numeração única: 0010970-20.2002.4.01.3300

Apelação/Reexame Necessário 2002.33.00.010954-3/BA

Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

Sétima Turma – Juízo de retratação. Contribuição previdenciária. Titulares de mandato eletivo. Legítima a exigência somente após o advento da Lei 10.887/2004. Restituição de indébito. Prescrição, 167

Numeração única: 0000409-40.2008.4.01.3812

Apelação Cível 2008.38.12.000409-0/MG

Relator: Desembargador Federal José Amílcar Machado

Sétima Turma – Conselhos Federal e Regional de Medicina. Vinculação a empresa de intermediação de serviços médicos (cartão de descontos). Proibição ética, 169

Numeração única: 0006272-11.2006.4.01.3500

Apelação/Reexame Necessário 2006.35.00.006288-5/GO

Relator: Juiz Federal Rafael Paulo Soares Pinto (convocado)

Oitava Turma – Associação de servidores. Representação processual. Juntada de autorizações individuais e de lista de associados. Necessidade. Segurança jurídica. Fixação de prazo razoável para regularização. Extinção imediata do processo. Impossibilidade, 172

Agravo Regimental em Apelação/Reexame Necessário 0044239-89.2012.4.01.3400/DF

Relator: Desembargador Federal Novély Vilanova

Relator p/ acórdão: Desembargador Federal Marcos Augusto de Sousa

Oitava Turma – Medida Provisória. Conversão em lei. Oferecimento de emendas. Pertinência temática. Abuso do Poder Legislativo, 175

Apelação Cível 0016015-10.2013.4.01.3400/DF

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Decisões Monocráticas

181

Tributos incidentes sobre a importação calculados com a inclusão das despesas de capatazia após a chegada dos navios aos portos brasileiros, 181

Agravo de Instrumento 0015272-44.2015.4.01.0000/DF

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Suspensão de execução. Recuperação de consectários advindos de distorções existentes na aplicação de correção monetária e de juros remuneratórios sobre as importâncias devolvidas a título de empréstimo compulsório instituído em favor da Eletrobrás. Proseguimento da execução, 182

Agravo de Instrumento 0007909-06.2015.4.01.0000/DF

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Proseguimento de ação de indenização por dano moral. Ausência de comprometimento da eficácia do provimento jurisdicional de recurso especial, 183

Medida Cautelar Inominada 0019307-47.2015.4.01.0000/GO

Relator: Desembargador Federal Cândido Ribeiro

Importação de aeronave mediante suspensão da exigência da Cofins. Alíquota de 1%, 186

Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela 0019977-85.2015.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Cândido Ribeiro

Demolição de construções e obras irregulares realizadas na faixa de domínio de rodovia federal, sob pena de multa, 188

Agravo de Instrumento 0015371-14.2015.4.01.0000/RO

Relator: Juiz Federal Evaldo de Oliveira Fernandes, filho (convocado)

Prorrogação do prazo para inscrição para novos contratos do Fies. Funcionamento do SisFIES para novas contratações, 191

Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela 0023286-17.2015.4.01.0000/MT

Relator: Desembargador Federal Cândido Ribeiro

Exploração de espaço aquaviário. Admissão da agravante nos processos administrativos, na qualidade de interessada, com direito à vista de todos os atos do processo, 194

Agravo de Instrumento 0022751-88.2015.4.01.0000/DF

Relator: Juiz Federal Evaldo de Oliveira Fernandes, filho (convocado)

Servidor público. Filhos menores de idade, portadores de autismo. Redução da jornada de trabalho, sem redução da remuneração, 197

Agravo de Instrumento 0010619-96.2015.4.01.0000/DF

Relatora: Desembargadora Federal Gilda Sigmaringa Seixas

Suspensão dos efeitos de auto de infração e de termo de apreensão e depósito. Presunção de legitimidade do ato administrativo praticado pelo Ibama, 202

Agravo de Instrumento 0060027-90.2014.4.01.0000/PA

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Desbloqueio do SisFIES. Aditamento dos contratos de financiamento estudantil de beneficiários do Fies, independentemente do percentual de reajuste de 6,41%, 206

Agravo de Instrumento 0028085-06.2015.4.01.0000/BA

Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Concessões de energia elétrica. Cumprimento dos requisitos da Lei 12.783/2013, 210

Agravo de Instrumento 0023537-35.2015.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Programa de remanejamento de população atingida por construção de hidrelétrica. Auxílio financeiro a famílias de assentamento, 214

Agravo de Instrumento 0026255-05.2015.4.01.0000/RO

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Multa por desmatamento, sem licença prévia, de floresta amazônica nativa em imóvel rural no Estado do Pará. Bloqueio de ativos financeiros via Bacenjud, 216

Agravo de Instrumento 0016415-68.2015.4.01.0000/MA

Relator: Juiz Federal Rafael Paulo Soares Pinto (convocado)

Indisponibilidade de bens. Irregularidades na execução de convênio com procedimento licitatório forjado e superfaturamento de preço, 220

Agravo de Instrumento 0023057-57.2015.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Olindo Menezes

Serviços de telefonia. Interrupção dos serviços de internet móvel. Prejuízo ao consumidor, 222

Agravo de Instrumento 0027422-57.2015.4.01.0000/MG

Relator: Juiz Federal Evaldo de Oliveira Fernandes, filho (convocado)

JEFs em Revista**227****Auxílio-alimentação. Períodos de afastamento do servidor público. Renúncia tácita à prescrição, 227**

Numeração única: 0049006-83.2006.4.01.3400

Pedido de Uniformização de Jurisprudência 2006.34.00.906391-2

Relatora: Juíza Federal Cristiane Pederzolli Rentzsch

Sumário

Exclusão da GAE da remuneração de servidores. Incorporação da vantagem ao vencimento básico. Inexistência do direito a diferenças, 228

Numeração única: 0013647-42.2010.4.01.3300

Pedido de Uniformização de Jurisprudência 2010.33.00.906981-6

Relator: Juiz Federal Herculano Martins Nacif

Breviário

231

Difamação. Crítica profissional à atuação de magistrado na condução de processo. Ausência de justa causa.

Ordem judicial de cumprimento de mandado de intimação de testemunha. Acompanhamento de oficial de justiça por agente da Polícia Federal.

Sigilo processual. Mandado de segurança. Impossibilidade de demonstrar direito líquido e certo com base no conteúdo do processo sigiloso.

Conselho Federal de Enfermagem. Presença de enfermeiro em qualquer tipo de unidade móvel destinada ao socorro pré-hospitalar. Exigência não contida em lei.

Servidor público federal. Adicional de fronteira.

Licitação fraudulenta. Danos materiais e morais.

Universidade Federal do Acre. Vestibular para o curso de Medicina. Fraude na realização das provas. Dano material e dano moral coletivo.

Óbito de servidor público decorrente de queda do local onde trabalhava. Inexistência de equipamentos de segurança. Danos morais reconhecidos à viúva.

Tribunal de Mediação e Justiça Arbitral do Distrito Federal. Uso indevido de símbolo nacional (Armas) e expressões próprias do Poder Judiciário. Dano ao patrimônio imaterial.

Fies. Prazo de carência de amortização. Regra mais favorável ao estudante.

Expansão do Setor Sudoeste. Quadra 500. Viabilidade ambiental. Irregularidade não demonstrada.

Anistiado político. Isenção do Imposto de Renda e da contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentadoria. Substituição dos proventos pelo regime de prestação mensal.

Execução de título judicial. Depósito de parte incontroversa por executado. Expedição de alvará. Possibilidade.

Repositórios Oficiais de Jurisprudência

241

Instruções Editoriais

243